

Memórias de um bibliófilo amador

Artur Anselmo*

Não conheço ninguém que tenha começado a amar os livros sem primeiro exercitar o gosto da leitura. No meu caso, devo às excelentes freiras franciscanas que me ensinaram as primeiras letras, no Colégio Português de Valença do Minho, esse gosto infinito com que desejaria acabar os dias desta vida. Ler, soletrar, decorar, era também manusear o livro, cheirar-lhe as folhas, escrever nas margens, encapá-lo com papel azul acetinado, olhar para ele sobre a carteira, levá-lo para o recreio, tê-lo, possuí-lo, devassá-lo, correr-lhe as folhas do fim, antever o momento em que fosse chamado a prestar contas dos meus conhecimentos, encaixá-lo na pasta para o exame final. “Abra o livro ao acaso” – pedia o examinador aos alunos que iam sendo chamados. O meu livro de leitura abria-se automaticamente na *Venda dos Bois*, de Gonçalves Crespo, que eu sabia de cor. E lá vinham as perguntas, os significados das palavras menos habituais, a divisão das orações. Sujeito? “Nós”. Predicado? “Vendamos”. Complemento directo? “Os bois”... Tão mansinhos os bois que

* Texto da conferência proferida em Monção a convite da Casa-Museu de Monção, em 25 de Abril de 2003.

o casal de lavradores tinham de vender para livrar o filho da tropa... Tão mansinhas aquelas letras finas, tão mansinhos os desenhos, tão mansinha a minha sede de boas notas... Depois, a euforia, o quadro-de-honra, a distinção, os parabéns da mestra freirinha que do outro mundo me estará abençoando. “É do Colégio este menino”? – perguntava-lhe o inspector. E ela, envaidecida: “Sim. É meu aluno”. Que satisfação, santo Deus! Naquele Julho abrasador das ameixas maduras e do sol a pino, do colarinho, da gravata e do casaco azul, uma sensação imensa de frescura invadia-me o corpo, como se levitasse. Já nem sentia os sapatos novos a magoar-me...

De regresso a casa, iniciadas as férias grandes, era já com pena que me despedia do livro-companheiro do exame. Podia deixá-lo de parte, trocá-lo pelo manual do ano seguinte, mas não era capaz de o fazer sem mais nem menos. Passaria para o irmão mais novo? Talvez, mas, enquanto não chegasse o momento da separação, desejava mantê-lo comigo. Daí o cuidado com que, mesmo sabendo-o aparentemente inútil, tornava a encapá-lo, a apalpá-lo, a guardá-lo. Iria para a estante. “Um livro nunca se deita fora” – dizia a mãe, que logo acrescentava: “Pode voltar a fazer falta”. E a verdade é que fazia. Quantas vezes regressaria a ele, nem eu sei. Apenas sei que ainda hoje está comigo.

Comecei a comprar livros (livros baratos, obviamente) desde que cheguei o momento de deitar contas à vida, aí pelos meus quinze anos. Até então, mal sabia o que era dinheiro. Os 300 escudos da bolsa-de-estudos iam direitinhos para a conta da papelaria, a troco de cadernos e livros escolares, revistas de quadradinhos e cromos, cadernetas e rebuçados, Salgaris e capitães Morgan, Plateias e Caras-Alegres. Agora era aluno do Liceu de Alexandre Herculano, no Porto, e, como só tinha aulas de manhã, frequentava as livrarias durante a tarde. Claro que não podia dar-me ao luxo de comprar novidades literárias, mas sempre esvaziava o modesto porta-moedas nos alfarrabistas, principalmente na loja do Guedes da Silva (a Livraria Académica), o que significava deixar de lanchar e voltar a pé à casa de meu tio, à Ramada Alta, onde me hospedava.

Não eram tempos fáceis, esses dos anos cinquenta em Portugal. Órfão de pai, recebia então de minha mãe cerca de 20 escudos por semana, dos quais tinha de pagar a viagem de eléctrico, que, de segunda a sexta, me levava da Ramada

Alta ao liceu. Mesmo assim, conseguia pôr de lado uns 10 escudos por semana, que chegavam à justa para um ou dois livros. A minha estante, com as suas quatro ou cinco prateleiras, ia-se compondo.

Educado à maneira espartana, desde sempre fui dado a fazer opções: o amor ao estudo ensinou-me, muito novo ainda, a renunciar aos pequenos prazeres materiais, a privar-me do supérfluo, a aproveitar todas as oportunidades para construir a biblioteca dos meus sonhos. Seria, sobretudo – assim a desejava e assim a construí – uma biblioteca de textos, primeiro na área das Literaturas portuguesa e francesa, depois na área da História das Ideias e das Mentalidades. Da bibliografia activa dos autores portugueses e franceses passei, naturalmente, à bibliografia passiva desses autores; da História política, económica e religiosa passei mais tarde para a História do Livro, jardim dos meus encantos nos últimos trinta anos.

Voltando às recordações da adolescência, lembro-me bem dos livros que comprava nas férias. Nestas alturas, graças ao pequeno rendimento obtido em trabalhos esporádicos (ainda não havia número de contribuinte nem recibos verdes), investia tudo em livros. Estivesse onde estivesse – no Alto Minho que vai de Melgaço a Viana –, as minhas surtidas às livrarias eram quase sempre frutuosas. Mas não visitava somente lojas de livro novo e alfarrabistas: também papelarias (nesse tempo, todas bem fornecidas de livros) e até mercearias. Numa destas – a monçanense Dantas & Páris – tive a surpresa de encontrar, na prateleira mais alta da loja (cerca de três metros acima do solo e, portanto, com a ajuda de uma escada), alguns livros de autores contemporâneos, entre os quais José Régio, de quem viria a ser leitor fiel. Mas as minas onde habitualmente me perdia eram a Casa Aires e a Escolar Gráfica, ambas de Viana. E, na impossibilidade de chegar a tudo, contentava-me em fazer minhas as palavras de Plínio-o-Moço: “Multum legendum esse, non multa” (ler muito, mas não muitas coisas).

Lojas de sucata e ferro-velho, adelos, armazéns de velharias, puseram-me em contacto com uma outra realidade: a dos livros velhos em mau estado, geralmente provenientes de casas particulares cujos novos proprietários deles se desfaziam sem pena, se não com prazer. Eram livros religiosos, cartapácios de gramática, clássicos latinos, obras jurídicas, uma enxurrada

de folhas ensecadas onde a custo se toparia alguma coisa de jeito. O estado lastimoso destes restos de livrarias – de padres, de eruditos e de homens do foro – avivou no meu espírito a ideia – em que ainda hoje persisto – de os Portugueses, na sua maior parte, não amarem os livros.

Os anos de 1958 e 1959 passei-os em Coimbra, cidade de que guardo a imagem do meu quarto, na íngreme Rua Garrett, a dois passos da Praça da República. Descer a Avenida em direcção à baixa era o meu passeio favorito, pois me esperavam aí seis livrarias que frequentei amiúde: por ordem topográfica, primeiro a Coimbra Editora, depois a Almedina e a Atlântida, a delegação do *Primeiro de Janeiro*, a Cunha e a Moura Marques. Os livros novos alinhavam-se em pilhas sobre mesas compridas, os mais antigos nas estantes. Havia pequenas tertúlias, das quais se salientava a da Livraria Cunha, onde vi pela primeira vez Miguel Torga. Eu comprava pouco, porque o dinheiro não abundava, mas aprendera já a seleccionar: atraíam-me os autores da *Presença*, os do *Novo Cancioneiro*, os poetas da *Távola Redonda* e da *Árvore*, os surrealistas da colecção “A Antologia em 1959”, assim como as revistas literárias que então proliferavam, da *Vértice* ao *Tempo Presente*, e as numerosas publicações efémeras, muitas das quais, para evitarem a censura prévia, ostentavam a indicação de “publicações não periódicas”. Era o tempo em que, a propósito de tudo e de nada, se editavam folhetos: guardo, por exemplo, uma colecção de muito do que se deu a lume a pretexto das primeiras candidaturas portuguesas ao Prémio Nobel de Literatura: a de Miguel Torga e a de Aquilino Ribeiro. Alfarrabistas, em Coimbra, não havia: quando muito, uns livros usados que se vendiam em vãos-de-escada ou nos passeios da Rua da Sofia. Entre os que então adquiri, alguns tinham pertencido a Luís de Pina, crítico de cinema que só vim a conhecer mais tarde, em Lisboa: interessaram-me sobretudo, quando os comprei, as notas manuscritas com que o seu possuidor enriquecera o *Poema do Mar*, de António de Navarro.

No início do ano lectivo de 1959-60, tendo decidido seguir o curso de Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa, abandonei Coimbra. Instalei o meu quarto de estudante em Queluz e aí, verdadeiramente, começou a crescer a minha primeira biblioteca. Tendo passado, então, a sustentar-me da colaboração jornalística, não havia dia nenhum em que não regressasse de comboio a Queluz com a pasta cheia de livros comprados em Lisboa. As

edições da Contraponto, que Luiz Pacheco vendia no Café Gelo, a par de novidades literárias de autores portugueses da Portugália, da Ática e da Ulisseia, faziam as minhas delícias. Em simultâneo, nos intervalos das aulas, ia comprando o melhor que aparecia na Livraria Universitária do Campo Grande, de que fui assíduo cliente durante o curso.

Quando, em 1961, resolvi fixar-me em Lisboa, num quarto das Avenidas Novas, foi com a maior estupefacção que a dona da casa me viu despejar uma pequena montanha de livros no pátio da entrada. Temia ela que o soalho de madeira velha do meu quarto não aguentasse tanto peso, mas lá a convenci de que não havia perigo. E, entretanto, comprara estantes em leilões de mobílias, que alinhava meticulosamente ao lado das antigas. Nunca tive os livros desarrumados e fazia o possível por conservá-los em bom estado. O prazer de ler era acompanhado de um infinito deleite em alinhar os livros, por autores, por assuntos, por qualquer sistema de catalogação. Sabia onde se encontrava cada um deles, a ponto de me ser fácil localizá-los sem dificuldade.

No ano seguinte (1962) mudei-me para a Avenida de Roma. Foi nessa altura que comecei a colaborar na Televisão, onde, em dois minutos, conseguia ganhar o que recebia por quatro artigos de jornal. Nas férias abalava para Paris com um pequeno saco, o mesmo que usava para os treinos de basquetebol. Tantos eram os livros adquiridos na capital francesa que, cheio o saco, precisava de despachar pelo caminho-de-ferro uma *cantine*, mala metálica particularmente indicada para acondicionar os livros sem os ferir. O vício da leitura de autores franceses era de tal ordem que, em Lisboa, não dispensava a visita diária à Livraria Clássica Editora, nos Restauradores, à Portugal, na Rua do Carmo, à Bertrand e à Sá da Costa, na Rua Garrett, sempre farejando mercadoria com o seu quê de invulgar: literaturas marginais, autores malditos, uma ou outra peça clandestina (que se vendia *sous le manteau*, graças à cumplicidade de livreiros amigos), mas também instrumentos de trabalho tão indispensáveis como bibliografias, reportórios, catálogos de leilões famosos; enfim, aquelas obras que geralmente todos os alfarrabistas têm perto de si e que não vendem por nenhum preço.

Em paralelo com a colaboração jornalística e televisiva, fazia revisões de textos e paginações na Editorial Verbo, empresa onde chegaria a director

literário em 1966. Aí, o trato com catálogos das editoras e alfarrabistas começou a avivar o meu desejo de adquirir livros antigos. Não podendo chegar aos quinhentistas, cujo preço estava, já então, acima das minhas posses, investi em peças dos séculos XVII, XVIII e XIX. Mas nunca me senti um bibliófilo virado para o passado, pois devo confessar que, outrora como hoje, sempre me interessaram os livros novos, sobretudo aqueles que, pelo seu acabamento gráfico esmerado, pelas suas capas de brochura ou pela beleza dos seus textos, me enchiam a alma de felicidade. Pelo contrário, livros mal acabados, mal paginados, mal escritos ou mal impressos, rejeitava-os sem contemplação. Diodoro Sículo, um escritor da Antiguidade Clássica que muito escreveu, apelidava os livros de “remédios da alma”. Também eu creio na terapêutica dos bons livros, mas estes, à semelhança dos remédios, devemos escolhê-los com tino e prudência.

O desaparecimento súbito de minha mãe, em 1968, obrigou-me a frequentes viagens ao Brasil, que aproveitei para novas aquisições nos *sebos* (assim chamam lá aos alfarrabistas), principalmente na Rua de São José, onde, ainda nos anos 70 havia, porta-sim-porta-não, um livreiro-antiquário. Lembro-me bem de num deles estar à venda um lote de livros que tinha pertencido à biblioteca particular de Ramalho Ortigão, com dedicatória dos seus autores para o crítico d’*As Farpas*. Esses livros são meus, hoje; e, ao desfolhá-los, não posso deixar de pensar nos tombos que deram antes de virem ter comigo. Exprimo-me assim porque acredito, como costuma dizer o Prof. Pina Martins, que os livros procuram quem os ama.

As minhas aventuras no mundo da bibliofilia decorreram, a partir de certa altura, em estreita ligação com a actividade de docente e investigador, que exerci primeiro no Brasil, depois em França e, por fim, em Portugal. Mas foi sobretudo em Paris que aprendi a disciplinar a paixão de coleccionador, restringindo as compras aos pontos-fortes da Bibliografia Material e aos chamados “escritores malditos”, de que o Inferno estaria cheio se a justiça deste mundo fosse transferida numa alcofa para o regaço divino. Como entendo que não, que Deus tem critérios de justiça menos inquisitoriais, posso chamar *benditos* a esses autores, até pelo facto de serem procurados por um grande número de bibliófilos. Naturalmente, ponho à cabeça de todos, nos dias de hoje, o nome de Louis-Ferdinand Céline, escritor dos mais estudados no mundo inteiro,

embora fosse há quarenta anos, quando comecei a interessar-me pela sua obra, voluntariamente esquecido e até detestado pelos *bien-pensants*, por motivos extra-literários que não vem caso esmiuçar. Note-se, porém, que a cotação das obras de Céline no mercado sempre foi altíssima, a ponto de se terem feito reedições clandestinas do seu panfleto mais conhecido – as *Bagatelles pour un massacre* – e de a compra da edição original de *L'école des cadavres* ou de *Les beaux draps* ser investimento de êxito garantido.

Curiosamente, não foi em Paris que encontrei o meu exemplar das *Bagatelles*, mas sim em Portugal. Aliás, sempre pensei que as melhores ocasiões para comprar as obras de um autor procurado não surgem no país que foi berço do autor mas noutro lado qualquer, onde não chegam os ecos da sua fama. Passa-se isso, *mutatis mutandis*, com raridades bibliográficas portuguesas, as quais, se pusermos de lado os incunábulos, os quinhentistas e os de temática brasileira (ainda hoje avidamente procurados fora de Portugal), se adquirem em razoáveis condições, de estado e de preço, em qualquer país estrangeiro onde tenhamos a sorte de os descobrir.

Quando já levava uns bons vinte anos de bibliofilia, comecei a mandar encadernar as melhores peças da minha coleção. Foi uma decisão difícil, pois sabia de antemão que escasseavam os bons encadernadores em Portugal e que, mesmo se conseguisse chegar a eles – como, de facto, aconteceu –, não tardaria a ficar entalado, isto é, veria os meus recursos materiais canalizados quase exclusivamente para alimento de uma paixão ruinosa. Há quem perca muito dinheiro ao jogo, assim como há quem o perca ou o ganhe na bolsa de valores. Uns deixam-se fascinar por carros potentes, outros por antiguidades; uns perdem a cabeça por pintura, outros por selos postais; uns compram casas de férias onde só passam alguns dias por ano, outros gastam fortunas em roupa e sapatos; uns viajam para ilhas paradisíacas, onde comem pantagruelicamente em hotéis caríssimos, outros rebentam com o orçamento doméstico em festas de arromba; mas os mais néscios são, sem dúvida, os que se privam destes e doutros confortos para verem os seus livros encadernados com mão de mestre.

Na loja de um livreiro da minha particular estima, assisti a este diálogo edificante entre o dono da loja e o cliente. “Leve o livro por este preço – dizia

o livreiro –, porque nem sequer paga a encadernação”. Resposta do cliente: “Mas eu não compro encadernações”. Pois é: por muito que os hábitos se tenham alterado no nosso país, ainda são raros os compradores de livros que valorizam devidamente as boas encadernações. Resultado: compra-se um livro brochado por 100, a encadernação custa 500, mas o livro não vale 600; valerá, enfim, 150 ou 200. Razão de sobra para afastar não poucos bibliófilos da tentação de se arruinares com encadernações. Acresce que, se não houver todo o cuidado em acompanhar o trabalho do encadernador, este, em vez de valorizar o livro, poderá contribuir fortemente para o desvalorizar. Nisto, com em tudo na vida, é preciso olho-de-lince: costura, peles, empastes, guardas, ferros, dourados, tudo deve ser objecto da vigilância do bibliófilo, o que requer conhecimentos, bom-gosto e, sobretudo, acerto na escolha da encadernação mais conveniente para o livro que se tem entre mãos. Podemos afirmar que a encadernação está para o livro como a moldura para o quadro: tal livro, tal encadernação; tal quadro, tal moldura.

O que se diz das encadernações novas vale igualmente para o restauro das antigas. Salvo em casos muito limitados, não partilho da ideia de que uma espécie bibliográfica em mau estado deva conservar-se tal como está. O meu amigo Pedro da Silveira (que sabia de livros como pouca gente) dizia-me um dia, a propósito do péssimo estado de alguns livros do Fundo Antigo da nossa Biblioteca Nacional: “É o culto da farraparia que mantém esta situação degradante”. Longe de mim aconselhar aos jovens bibliófilos que venham engrossar o exército dos farrapeiros. Pelo contrário, a experiência mostrou-me há muito que as bibliotecas mais apreciadas são aquelas cujos livros antigos foram passados a pente fino pelos seus proprietários ou por especialistas de restauro: limpos folha a folha, caderno a caderno, higienizados, arejados, sem impurezas, sem pó, sem folhas dobradas nos cantos, alisados, restaurados cuidadosamente nas mais pequenas falhas. Uma das perguntas que habitualmente me fazem é esta: “Como consegue ter os seus livros sem bicho e as suas encadernações sempre cuidadas”? Ou esta: “Nunca aconteceu cair-lhe um livro ao chão e estragar-se”? À primeira respondo: “O bicho – insectos bibliófagos, na terminologia científica – só ataca os livros que desprezamos, pois nenhum entra no meu santuário sem que seja previamente purificado”. À segunda replico: “Se um livro, por qualquer motivo fortuito, cai e se

desconjunta, se começa a dar sinais de cansaço, se adoece, enfim, o melhor é mandá-lo imediatamente para o hospital”. Chamo “hospital” a uma mesa onde eu próprio faço pequenas cirurgias ou, faltando-me o material, preparo as peças doentes para o restauro que o mestre fará na sua oficina, debaixo da minha orientação. (O mestre chama-se António Pedroso, trabalha comigo há muitos anos e é tão modesto como habilíssimo de mãos. Tal é o nosso grau de entendimento mútuo que já quase nem precisamos de falar muito: basta que eu dê a ideia e ele prontamente a executa).

Apeteceu-me um dia escrever um pequeno tratado sobre a conservação da saúde dos livros, algo de semelhante, para estes amigos, ao que foi, no seu tempo, o *Tratado* de Ribeiro Sanches para a saúde dos homens. Acho que não chegarei a escrever esse tratado; mas, se o fizesse, dedicá-lo-ia às aranhas, aranhões e aranhões que, há perto de meio século, guardam ciosamente a minha biblioteca. Nenhum bibliófilo deve matar uma aranha encontrada na sua livraria, porque ela, perseguindo os insectos bibliófagos, pode ser uma aliada incomparável nessa luta quotidiana pela conservação da saúde dos livros. Tarcísio Trindade, livreiro-antiquário dos mais experientes e mais cultos que conheci em toda a vida, contou-me que, tendo ajustado a compra de uma biblioteca no bairro de Alfama, foi surpreendido pelo facto de, à entrada da divisão onde se encontravam os livros – e na qual ninguém entrava há muitas dezenas de anos –, haver um cortinado espesso, do tecto até ao chão, que nem permitia ver um palmo das estantes. Não era, porém, de pano o cortinado, mas feito simplesmente de teias-de-aranha. Qual não foi o seu espanto quando, rompida a cortina dos aracnídeos, viu surgir diante dos seus olhos uma estupenda colecção de livros antigos, tão limpa, tão bem conservada, com as páginas dos livros tão puras e as encadernações tão impecáveis, que parecia ter sido acabada de pôr nas estantes. Melhor ainda do que na *República* de Platão, os guardiões-aranhas tinham cumprido exemplarmente a sua função.

Se prezo sobremaneira a companhia dos aracnídeos, desconfio do bicho-homem que, além de não apreciar o convívio dos livros, está sempre pronto a “botar sentenças” (como se diz na minha terra) sobre a biblioteca que não lhe pertence; do bibliómano que compra livros por atacado e não lê um só; do

biblioclasta que gostaria de ver reduzida a cinzas a livraria alheia; do que pede livros “emprestados” (mas a culpa, afinal, não é dele: é de quem lhos empresta); de todos quantos, aproveitando-se das fraquezas do bibliófilo, lhe exploram a boa-fé. Numa página cruel, inserida na sua obra *Homens de Letras*, Albino Forjaz de Sampaio dá a entender que o maior inimigo de um bibliófilo é outro bibliófilo, como dois galos na mesma capoeira. Não estou de acordo. Pude testemunhar, ao longo da minha peregrinação por livrarias particulares, que se trata, na maior parte dos casos, de gente pacífica, de hábitos frugais, que paga generosamente a penitência de não hesitar nas compras, vivendo por isso de credo na boca. Quando, depois de ter satisfeito os seus compromissos (às vezes, durante anos a fio), tudo parece indicar que o bibliófilo pode finalmente descansar, trocar de carro, mandar pintar a casa, ligar os filhos à Internet, fazer férias na Tailândia, lá lhe vem parar às mãos o livro raro que há tanto tempo procurava, e todos os projectos de vida calma, de vida normal, se esfumam como nuvem de Agosto. Para se tranquilizar – porque já decidiu reincidir no seu pecado, e ninguém o fará voltar atrás – ocorre-lhe o pensamento de Séneca: “O lazer sem livros é como a morte; é a sepultura de um homem vivo”.